

Racismo Ambiental E Saúde: A Aplicação De Normas Ambientais Como Mecanismo Jurídico Para A Justiça Social

Raquel Araújo Amaral

Universidade Federal Do Oeste Do Pará

Rodrigo Lélis Neiva

Universidade Católica De Brasília (UCB)

Luciana Gonçalves De Carvalho

Universidade Federal Do Oeste Do Pará

Jean Lucas Oliveira De Almeida

Universidade Federal Do Pará

Rita De Cassia Monteiro Brito

Universidade Federal Do Amapá

Alexandre Rodrigues Inácio De Azevedo

Universidade Federal De Minas Gerais- UFMG

Steve Biko Menezes Hora Alves Ribeiro

Universidade Federal Da Bahia

Ana Rita De Cassia Vieira De Moraes

Universidade Federal Do ABC

Luiz Fernando De Oliveira

Universidade Federal De Goiás

Francisco Roldineli Varela Marques

Universidade Federal Rural Do Semi-Árido

Anderson Terceiro De Albuquerque

Faculdade Uninta Tianguá

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar como as normas ambientais podem servir como mecanismos jurídicos para promover a justiça social em relação ao racismo ambiental. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa, utilizando dados das plataformas Google Acadêmico e SciELO. Os critérios de seleção incluíram artigos científicos completos, em português, de autores brasileiros, publicados entre 2020 e 2023. A análise dos artigos selecionados foi dividida em duas etapas: triagem inicial dos títulos e resumos, seguida de uma leitura detalhada dos artigos mais relevantes, resultando em três artigos para análise. A pesquisa revela que o racismo ambiental resulta em sérios impactos para a saúde das populações marginalizadas, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas, exacerbadas pela falta de infraestrutura básica. As normas ambientais são fundamentais para proteger essas comunidades e garantir um ambiente saudável. No entanto, a eficácia dessas normas é comprometida por problemas como fiscalização inadequada e interesses econômicos predominantes. Para enfrentar o racismo ambiental e promover a justiça social, é necessário fortalecer a fiscalização das normas

ambientais, garantir sua aplicação equitativa e incluir as comunidades afetadas nas decisões. Além disso, é essencial promover a participação cidadã, transparência e educação ambiental. Um compromisso efetivo de governos, sociedade civil e empresas é crucial para implementar medidas que integrem normas ambientais e políticas de justiça social, garantindo um desenvolvimento sustentável e equitativo. A superação das lacunas nas políticas públicas e a implementação eficaz das propostas são passos fundamentais para construir uma sociedade justa e sustentável.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Saúde; Legislação.

Date of Submission: 28-10-2024

Date of Acceptance: 08-11-2024

I. Introdução

O racismo ambiental é uma manifestação insidiosa de injustiça social, onde comunidades marginalizadas, frequentemente compostas por minorias étnicas e raciais, são desproporcionalmente afetadas por problemas ambientais. Essas comunidades, muitas vezes, residem em áreas com altos níveis de poluição, falta de acesso a recursos naturais limpos e saneamento básico inadequado, resultando em graves consequências para a saúde. Este cenário revela uma interseção crucial entre desigualdade social, questões ambientais e saúde pública, exigindo uma análise aprofundada das implicações e das possíveis soluções jurídicas para promover a justiça social (Guedes; Sugahara; Ferreira, 2023).

A saúde das populações vulneráveis é severamente impactada por fatores ambientais adversos. A exposição contínua a poluentes tóxicos, como metais pesados, pesticidas e poluição do ar, aumenta significativamente a incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares, câncer e outras enfermidades crônicas. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada para tratamento de água e esgoto agrava a proliferação de doenças infecciosas. Esses problemas de saúde, exacerbados por condições ambientais desfavoráveis, destacam a urgência de intervenções que possam mitigar os efeitos do racismo ambiental (Lorena, 2022).

Neste contexto, as normas ambientais desempenham um papel fundamental como mecanismos jurídicos para promover a justiça social. As políticas ambientais e regulamentos são ferramentas essenciais para proteger as comunidades vulneráveis dos impactos negativos da degradação ambiental. A aplicação eficaz dessas normas pode garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica ou condição socioeconômica, tenham direito a um ambiente saudável e seguro. No entanto, a implementação dessas normas enfrenta desafios significativos, como a falta de fiscalização adequada e a influência de interesses econômicos poderosos (Santos et al., 2023).

A promoção da justiça social através da aplicação de normas ambientais exige uma abordagem multifacetada. É necessário fortalecer a fiscalização e garantir que as leis ambientais sejam aplicadas de maneira justa e equitativa. Além disso, é fundamental envolver as comunidades afetadas no processo de tomada de decisão, promovendo a participação cidadã e a transparência. Políticas públicas que incentivem a educação ambiental e a conscientização também são cruciais para empoderar essas comunidades e capacitá-las a lutar por seus direitos (Araújo; Pereira-Borges, 2024).

Portanto, abordar o racismo ambiental e suas implicações para a saúde requer uma combinação de estratégias jurídicas, políticas e sociais. A aplicação rigorosa de normas ambientais, aliada à promoção da justiça social, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas. Este esforço conjunto é essencial para construir uma sociedade mais justa e sustentável, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de viver em um ambiente saudável e seguro.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as contribuições das normas ambientais como mecanismo jurídico para a justiça social em relação ao racismo ambiental.

II. Materiais E Métodos

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa, com o objetivo de reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre racismo ambiental e saúde, enfocando a aplicação de normas ambientais como mecanismo jurídico para promover a justiça social. O levantamento de dados foi realizado nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, utilizando palavras-chave específicas e descritores de busca combinados pelos operadores booleanos AND e OR. As palavras-chave utilizadas incluíam termos como "racismo ambiental", "saúde pública", "normas ambientais", "justiça social", entre outros.

Foram estabelecidos critérios rigorosos de inclusão para garantir a relevância e a qualidade dos artigos selecionados. Apenas artigos científicos completos, escritos em português, de autores brasileiros, e que fossem gratuitos estavam entre os critérios de seleção. Além disso, os artigos deviam estar diretamente associados ao tema da pesquisa e ter sido publicados no período de 2020 a 2023. Esta delimitação temporal foi escolhida para assegurar que a revisão integrativa refletisse as discussões mais recentes e relevantes sobre o tema.

A análise de dados foi conduzida em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram feitas leituras dos títulos e resumos dos artigos identificados nas plataformas de busca. Este procedimento inicial permitiu uma triagem rápida e eficiente dos artigos que atendiam aos critérios de inclusão. Na segunda etapa, os artigos pré-selecionados passaram por uma leitura completa e detalhada. Este processo resultou em uma amostra final de três artigos científicos que foram considerados os mais relevantes e adequados para responder às questões de pesquisa propostas.

III. Resultados E Discussões

Quadro 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
Filgueira (2021)	Fomentar uma reflexão sobre racismo ambiental, cidadania e biopolítica	Pesquisa bibliográfica	O artigo destaca a importância da legislação e normas ambientais como mecanismos de justiça social para combater o racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente as comunidades negras e pobres. O racismo ambiental é uma ideologia sistêmica que se manifesta através da segregação espacial e das desigualdades no acesso a um meio ambiente saudável, levando a graves consequências para a saúde dessas populações. Estudos e exemplos históricos, como a degradação ambiental nos bairros proletários descritos por Engels, ilustram como a lógica capitalista exacerba essas desigualdades. A sociologia da sustentabilidade propõe analisar e enfrentar esses impactos socioambientais, promovendo uma geografia das diferenças que contemple a justiça socioambiental e o bem-estar das comunidades marginalizadas, com apoio do ativismo e das lutas sociais, como as iniciativas do Movimento Negro Educador.
Rodrigues (2023)	Sistematizar alguns dos pressupostos e algumas das ferramentas analíticas em que se alicerça a sociologia da sustentabilidade, com ênfase no racismo ambiental	Pesquisa bibliográfica	O artigo enfatiza a importância das normas ambientais como ferramentas jurídicas para alcançar justiça social no contexto do racismo ambiental, destacando casos como o Morro do Bumba e a Chuva de Prata, onde comunidades vulneráveis sofrem desproporcionalmente com a degradação ambiental e enfrentam graves problemas de saúde. A aplicação rigorosa dessas normas pode proteger essas comunidades, mas enfrenta desafios de fiscalização e interesses econômicos. A sociologia da sustentabilidade, ao estudar os impactos socioambientais, mostra que a combinação de normas ambientais e justiça social é essencial para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das populações marginalizadas, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável.
Monteiro et al. (2023)	Examinar as políticas públicas brasileiras voltadas para o combate ao racismo ambiental	Pesquisa bibliográfica	O relatório anual da parceria com a ONU destaca a necessidade urgente de combater o racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente comunidades negras e minorias étnicas e socioeconômicas. Apesar das propostas para uma abordagem mais justa no desenvolvimento sustentável e a inclusão dessas comunidades, o aumento da vulnerabilidade social, especialmente entre pessoas negras, indica a ineficácia das medidas atuais. O racismo ambiental e as mudanças climáticas estão interligados, exacerbando desigualdades históricas e impactos negativos sobre

			<p>comunidades marginalizadas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU oferecem diretrizes relevantes, mas a escassez de informações e políticas específicas aponta para lacunas na justiça ambiental. É essencial uma abordagem integrada e o compromisso efetivo do governo, sociedade civil e empresas para enfrentar esses desafios e garantir um futuro mais justo e sustentável. Nesse contexto, a legislação e normas ambientais são de suma importância para a justiça social.</p>
--	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O artigo de Filgueira (2021) demonstrou como, além dos impactos ambientais decorrentes das ações humanas sobre a natureza, existem também impactos socioambientais que demandam a atenção da imaginação sociológica. Casos emblemáticos como o Morro do Bumba, o Césio-137, a Cidade dos Meninos e a Chuva de Prata ilustram claramente essa dinâmica, onde comunidades vulneráveis sofrem desproporcionalmente com os efeitos nocivos do meio ambiente degradado. Para tratar dessa preocupação socioambiental, o artigo propõe a organização de uma sociologia da sustentabilidade, que se baseia no conceito de capitaloceno e utiliza a justiça ambiental e o racismo ambiental como ferramentas analíticas essenciais.

A legislação ambiental desempenha um papel crucial como norma para alcançar a justiça social no contexto do racismo ambiental. Políticas e regulamentos ambientais são projetados para proteger comunidades vulneráveis dos impactos negativos da degradação ambiental. A aplicação rigorosa dessas normas pode assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica ou condição socioeconômica, tenham direito a um ambiente saudável e seguro. Contudo, a eficácia dessas normas depende de uma fiscalização adequada e da superação de interesses econômicos poderosos que muitas vezes se opõem às medidas de proteção ambiental.

No campo da saúde, o racismo ambiental tem consequências graves. Comunidades marginalizadas são frequentemente expostas a níveis elevados de poluição e outras condições ambientais adversas, resultando em taxas mais altas de doenças respiratórias, cardiovasculares, câncer e outras enfermidades crônicas. A falta de infraestrutura adequada para tratamento de água e esgoto agrava ainda mais a situação, levando à proliferação de doenças infecciosas. Esses impactos evidenciam a necessidade urgente de intervenções que possam mitigar os efeitos nocivos do racismo ambiental e melhorar a saúde das populações afetadas.

Friedrich Engels, em meados do século XIX, já havia identificado como os impactos socioambientais do modo de produção capitalista afetavam a saúde da classe trabalhadora. Em seu clássico "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", Engels descreve as condições precárias das áreas urbanas industriais e como a poluição e a falta de saneamento básico resultavam em graves problemas de saúde para os trabalhadores mais pobres. A análise de Engels destaca que a desigualdade ambiental e de saúde não é um fenômeno novo, mas uma questão persistente que continua a afetar as populações marginalizadas.

Assim, a sociologia da sustentabilidade emerge como uma disciplina vital para estudar como as ações humanas impactam tanto o meio ambiente quanto o tecido social. Ao contrário da sociologia ambiental, que se concentra nos impactos ambientais, a sociologia da sustentabilidade enfatiza os impactos socioambientais, considerando a sociedade tanto como sujeito quanto como objeto de transformação. A aplicação de normas ambientais, juntamente com a promoção da justiça social, pode reduzir significativamente as desigualdades e melhorar a qualidade de vida das populações marginalizadas, construindo uma sociedade mais justa e sustentável.

No artigo de Rodrigues (2023), a importância das normas ambientais como ferramentas jurídicas para alcançar justiça social é destacada, especialmente no contexto do racismo ambiental. Rodrigues explora como essas normas são essenciais para proteger comunidades vulneráveis da degradação ambiental, mas enfrenta desafios significativos na sua aplicação. Exemplos concretos, como o Morro do Bumba e a Chuva de Prata, são utilizados para ilustrar a realidade dessas comunidades, que sofrem desproporcionalmente com problemas de saúde e degradação devido à falta de efetiva implementação das normas ambientais.

O artigo aponta dois principais desafios para a eficácia das normas ambientais: a dificuldade de fiscalização e os interesses econômicos. Muitas vezes, a falta de um monitoramento adequado impede a detecção e penalização das infrações ambientais, enquanto os interesses econômicos frequentemente priorizam o lucro sobre a proteção ambiental, exacerbando os problemas enfrentados pelas comunidades marginalizadas. A análise de Rodrigues é apoiada pela sociologia da sustentabilidade, que examina como práticas ambientais e sociais interagem e afetam as comunidades. Essa abordagem enfatiza que a combinação de normas ambientais com políticas de justiça social é crucial para reduzir desigualdades e promover uma sociedade mais justa e sustentável.

O artigo conclui que, para enfrentar o racismo ambiental e melhorar a qualidade de vida das populações marginalizadas, é necessário não apenas aplicar e fiscalizar rigorosamente as normas ambientais, mas também

garantir um comprometimento mais profundo com a justiça social. Dessa forma, a integração dessas normas com políticas de justiça social se torna essencial para promover um desenvolvimento verdadeiramente equitativo e sustentável.

Para Monteiro et al. (2023) as legislações e normas ambientais são cruciais para promover a justiça social em relação ao racismo ambiental. O relatório anual de parceria com a ONU enfatiza a necessidade de combater o racismo ambiental, que impacta desproporcionalmente comunidades negras e outras minorias étnicas e socioeconômicas.

As propostas dos relatórios visam uma abordagem mais justa e equitativa no desenvolvimento sustentável, incluindo essas comunidades nas decisões que afetam suas vidas e garantindo acesso a recursos e serviços ambientais básicos. No entanto, os dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) indicam um aumento significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente negras, devido ao desequilíbrio ambiental.

O racismo ambiental está intrinsecamente ligado às mudanças climáticas, combinando injustiças sociais e ambientais que afetam desproporcionalmente as comunidades marginalizadas, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas. Essas comunidades enfrentam falta de acesso a serviços básicos de qualidade, poluição, degradação ambiental e deslocamento forçado, agravando as desigualdades sociais e raciais históricas do país.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU são referências importantes para abordar essas questões. O ODS 10 (Redução das Desigualdades) promove igualdade e inclusão, abordando discriminação racial, social e econômica. O ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) trata das mudanças climáticas e da necessidade de medidas justas para fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis. O ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) destaca a importância de sistemas de justiça eficazes e a promoção da igualdade de acesso à justiça.

No entanto, os relatórios anuais de progresso dos ODS mostram a escassez de informações claras e abrangentes sobre políticas públicas direcionadas ao combate do racismo ambiental e à proteção das comunidades vulneráveis. É necessário preencher essas lacunas para garantir políticas públicas eficazes na mitigação do racismo ambiental e promoção da justiça ambiental.

É essencial uma abordagem integrada que considere tanto o racismo ambiental quanto as mudanças climáticas, com a implementação de políticas públicas efetivas, fortalecimento da participação comunitária e disponibilização de informações transparentes nos relatórios anuais dos ODS. A colaboração entre o Estado brasileiro, organizações da sociedade civil e empresas é fundamental para implementar medidas efetivas e garantir um futuro mais justo e sustentável. No entanto, ainda se observa um grande descaso e negligência em relação às populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas, evidenciando a necessidade de um compromisso governamental real com suas demandas e necessidades para formar uma sociedade justa e equitativa.

IV. Conclusão

O racismo ambiental é uma manifestação insidiosa de injustiça social, onde comunidades marginalizadas, frequentemente compostas por minorias étnicas e raciais, são desproporcionalmente afetadas por problemas ambientais, como poluição e falta de infraestrutura básica. Essas condições resultam em graves consequências para a saúde, como aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas. A interação entre desigualdade social, questões ambientais e saúde pública destaca a necessidade de uma análise aprofundada e de intervenções jurídicas e políticas que visem promover a justiça social.

As normas ambientais desempenham um papel fundamental como mecanismos jurídicos para proteger essas comunidades vulneráveis e garantir um ambiente saudável e seguro. Contudo, a eficácia dessas normas enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de fiscalização adequada e a influência de interesses econômicos poderosos que frequentemente priorizam o lucro sobre a proteção ambiental. Esses desafios tornam a aplicação das normas ambientais um campo complexo, exigindo uma abordagem multifacetada para enfrentar o racismo ambiental.

A promoção da justiça social através das normas ambientais requer o fortalecimento da fiscalização, a garantia de uma aplicação justa e equitativa das leis e a inclusão das comunidades afetadas no processo de tomada de decisão. É vital promover a participação cidadã, a transparência e a educação ambiental para empoderar as comunidades marginalizadas e capacitá-las a lutar por seus direitos. A combinação de estratégias jurídicas, políticas e sociais é essencial para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das populações afetadas.

Além disso, é necessário um compromisso efetivo de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil e as empresas, para implementar medidas que combatam o racismo ambiental e suas consequências. A integração das normas ambientais com políticas de justiça social e a consideração das mudanças climáticas são aspectos cruciais para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo. A efetiva implementação das propostas e a superação das lacunas existentes nas políticas públicas são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e sustentável, onde todos os indivíduos possam viver em um ambiente saudável e seguro.

Referências

- [1] Araújo, M. V. R.; Pereira-Borges, R. C. Racismo, Saúde E Pandemia: Uma Revisão Narrativa Da Relação 1 Entre A População Negra E Eventos Da Covid-19 No Ano De 2020. *Cien Saude Colet.*, 2024.
- [2] Filgueira, A. L. S. Racismo Ambiental, Cidadania E Biopolítica: Considerações Gerais Em Torno De Espacialidades Racializadas. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, V. 15, N. 2, P. 186–201, 2021.
- [3] Guedes, W. P.; Sugahara, C. R.; Ferreira, D. H. L. Racismo Ambiental: Reflexões Sobre Mudanças Climáticas E Covid-19. *Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade*, 10(23), 237-258, 2023.
- [4] Lorena, A. G. Et Al. Racismo Ambiental E Saúde: A Pandemia De Covid-19 No Piauí. *Saúde Soc.*, V. 31, N. 2, E210494pt, 2022.
- [5] Monteiro, R. R. Et Al. Justiça Ambiental E Mudanças Climáticas No Brasil: Uma Análise Dos Relatórios Anuais Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, [S. L.], V. 6, N. 3, P. 117–132, 2023.
- [6] Rodrigues, T. Bases Conceituais Para Uma Sociologia Da Sustentabilidade: Capitaloceno, Justiça Ambiental E Racismo Ambiental. *O Social Em Questão*, 2023.
- [7] Santos, J. S. Et Al. Racismo Ambiental E Saúde: Um Estudo Do Bairro Santa Maria, Em Aracaju (Se). *Ser Social*, [S. L.], V. 25, N. 52, 2023.